



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências**

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Política Social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento.

Política Social, racismo e gênero na literatura de Carolina Maria de Jesus

Juliana André dos Santos¹

O presente trabalho busca analisar a obra de Carolina Maria de Jesus (1914-1977) e suas narrativas fundamentais para a compreensão do lugar que é sistematicamente imposto às mulheres negras em uma sociedade fundamentalmente racista e patriarcal. A autora se insere em uma conjuntura marcada pelas contradições do desenvolvimento capitalista e racista no Brasil. Sua narrativa dialoga tanto com o período pós-abolição quanto com o processo de industrialização e urbanização da cidade de São Paulo.

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos [...] choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha [...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome (JESUS, 2014, p. 30-31).

Em forma de diários, Carolina Maria de Jesus narra como a abolição da escravidão, bem como o início da implementação das políticas sociais no Brasil, não absorveram as demandas de uma sociedade que legitimou a escravidão de pessoas negras por cerca de quatro séculos.

Gonzalez (2020) afirma que o dia 13 de maio de 1888 trouxe benefícios para todo mundo, menos para a massa de trabalhadoras e trabalhadores negros. Após essa data, iniciou-se o processo de marginalização desses trabalhadores. Até então, elas e eles haviam sido considerados bons para o trabalho escravo e, a partir de então, passaram a ser considerados ruins e incapazes para o trabalho livre.

A falta de intervenção do Estado voltada para a população recém-liberta foi fruto da intenção de embranquecer o país por meio da exclusão sistêmica dos trabalhadores negros. Com isso, direitos básicos, como o acesso à saúde, eram destinados apenas a uma

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e assistente social do Centro de Cidadania LGBTI Baixada III. Email: asjuliana.dhrj@gmail.com.

parcela específica da população. As políticas sociais brasileiras operavam de maneira seletiva e racializada, contribuindo para a marginalização da população negra e pobre. Nesse contexto, destacam-se doutrinas como a da situação irregular de crianças e adolescentes, além da consolidação de práticas manicomiais e prisionais.

No âmbito da infância e juventude, por exemplo, a doutrina da situação irregular fazia com que crianças pobres e, sobretudo, negras fossem vistas como delinquentes e desamparadas, sendo sistematicamente retiradas do convívio familiar a fim de serem inseridas em instituições como o Serviço de Assistência a Menores, o Instituto Padre Severino e a FEBEM. Legislações como o Código de Menores de 1927 e de 1979 auxiliavam este modelo de intervenção:

O João penetrou veloz como se estivesse sendo impelido pelo foguete russo. Disse: —Mamãe, o José Carlos vai para o Juiz de Menores —Porque? —Ele jogou uma pedra na vidraça da fábrica de peças de automovel e quebrou. E o nortista que toma conta da fábrica disse que vai manda-lo para o Juiz (JESUS, 2014, p. 180).

A intenção de institucionalizar a população negra do Brasil não se limitou ao âmbito da infância e juventude. A herança da escravidão moldou o perfil da população institucionalizada nos manicômios existentes no período que antecedeu a Reforma Psiquiátrica Brasileira. As práticas manicomiais e hospitalocêntricas visavam o controle, ao ajustamento social, à violência, ao enclausuramento e à patologização desses sujeitos:

Estava chovendo uma chuva miudinha e fria. Eu achei um par de sapatos no lixo e estou usando. [...] quando eu ia catar papel a Dona Esmeralda pediu-me 20 emprestado. Dei-lhe 30 cruzeiros, porque ela tem 7 filhos e o esposo está no Juqueri² (JESUS, 2014, p. 187).

Referências

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flávia Rios, Márcia Lima. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JESUS, Carolina M. de. **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada**. 10. Ed. São Paulo: Ática, 2014.

² O Hospital Psiquiátrico do Juqueri foi uma das mais antigas e maiores colônias psiquiátricas do Brasil. Localizado em Franco da Rocha (SP), funcionou de 1898 até 2021.